

AS VÁRIAS FACES DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

THE MANY FACES OF SCHOOL VIOLENCE

Olimpio Cezar da Silva Neto¹

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo fundamental fazer uma análise bibliográfica sobre o tema da violência escolar no cotidiano das instituições de ensino. Com isso, percebe-se que se trata de um fenômeno mundial. Os acontecimentos não somente aumentaram, mas, também, se diversificaram, trazendo à tona outras formas e meios de manifestação como o cyberbullying, por exemplo. Do mesmo modo, sugeriram novas modalidades e diferenciados tipos de comportamentos. Nestes termos, é fundamental elaborar estratégias que sejam úteis tanto na erradicação como, principalmente, na prevenção de qualquer tipo de violência escolar, pois esta e o bullying acabam afetando os alunos e os futuros cidadãos. Conclui-se que a violência escolar é um fenômeno que existe no ambiente escolar, que envolve toda a sociedade e é possível abrandá-la com boas estratégias.

Palavras-chave: Violência escolar. Estratégias. Prevenção.

Abstract: The main objective of this research is to carry out a bibliographical analysis on the subject of school violence in the daily life of educational institutions. With this, it is clear that it is a worldwide phenomenon. Events not only increased, but also diversified, bringing to light other forms and means of manifestation such as cyberbullying, for example. Likewise, new modalities and different types of behavior are suggested. In these terms, it is essential to develop strategies that are useful both in eradicating and, above all, in preventing any type of school violence, as this and bullying end up

¹ Graduado em Educação Física, Licenciatura e Bacharelado, Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Especialização em Medicina do Esporte, MBA em Desenvolvimento de Pessoas, E-mail: olimpiocezar@hotmail.com

affecting students and future citizens. It is concluded that school violence is a phenomenon that exists in the school environment, which involves the whole society and it is possible to mitigate it with good strategies.

Keywords: School violence. Strategies. Prevention.

INTRODUÇÃO

Marchetto (2009) afirma que os alunos que ingressam na escola chegam com algumas orientações de socialização aprendidas em casa, alguns deles chegam com formas violentas de resolver conflitos. Quando o problema chega na escola, ela é responsável por “atacar o problema” de forma a reprimir, mas pouco busca ensinar habilidades sociais e estratégias para resolver ou prevenir problemas sem usar a violência.

É verdade, porque apesar de sempre existirem as manifestações de violência entre alunos nas escolas, é recentemente que se tem adotado outras formas de enfrentamento e estratégias, já que antes bastava que os professores e gestores de cada escola enfrentassem o problema de forma disciplinar, sem aprofundar as causas que realmente a provocaram e sem assumir ou diminuir as consequências de tais atos de violência, não só fisicamente, mas também psicologicamente.

É necessário que a escola aja em colaboração com outros espaços onde as crianças estão aprendendo esses comportamentos violentos, como os meios de comunicação, a fim de traçar diretrizes para o enfrentamento do problema em todas as esferas, pois cada setor da sociedade está ciente desta realidade.

Abramovay e Rua (2006) abordam também os custos econômicos e sociais decorrentes desses atos violentos dos futuros adolescentes e adultos para a sociedade e que, portanto, o trabalho preventivo é um trabalho para toda a comunidade, por isso propõe um programa para que os alunos desenvolvam habilidades que lhes permitem “querer e saber viver juntos”.

Portanto, se é importante diagnosticar os focos e as causas do problema da violência no ambiente escolar, também é importante buscar formas de combatê-la e erradicá-la, é desta forma que surge nosso interesse investigativo, em estratégias de prevenção contra a violência escolar.

A VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS FACES

A violência escolar evidencia um fenômeno relacional, cultural e multicausal e é justamente uma forma de se relacionar neste caso, em ambiente escolar ou educacional ou institucional, caracterizada pelo uso generalizado da força, seja ela física ou psicológica, e que leva como finalidade várias vertentes, entre elas, ora prejudicar outras pessoas, ora em outras, ou, simultaneamente, impor-se ao meio que a rodeia, pela força e pela sua prevalência (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

Sendo um fato cultural, entende-se que a violência é transmitida e aprendida, isso ajuda a entender que, se em muitos casos é um padrão de comportamento aprendido, também poderíamos influenciar no desaparecimento desses comportamentos, com o trabalho de ensino-aprendizagem, que permite ensinar outros tipos de comportamentos, preferencialmente pacíficos.

No ambiente escolar, quando se trata de crianças e jovens, um ato de violência não implica necessariamente na intencionalidade já concebida de causar dano a outrem, mas também como ação infligida, afirmativa e independente, ao resultado mais ou menos prejudicial a outras pessoas (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

Vários autores vêm definindo as diferentes manifestações de violência escolar, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir.

Agressividade: refere-se a um comportamento defensivo natural que é utilizado como forma de lidar com situações ambientais ou de convivência percebidas como arriscadas ou ameaçadoras. Este tipo de comportamento é esperado em qualquer pessoa que se depare com uma ameaça que possa afetar sua integridade, portanto, em princípio, não é um tipo de violência escolar. Quando a resposta agressiva é desproporcional ou se torna um modo permanente de relacionamento, pode se

tornar um ato de violência (DEBARBIEUX; BLAYA, 2012).

Agressões físicas: refere-se àquelas brigas que incluem contato físico entre os participantes e que surgem devido a alguma divergência, descontrole ou conflito não resolvido. São situações específicas, nas quais os participantes utilizam a agressão como forma de expressar sua raiva ou resolver um desentendimento. O uso de armas de qualquer natureza constitui um agravante significativo. Tipos de violência escolar (HAYDEN, 2017).

Violência psicológica ou emocional: refere-se ao uso de insultos, ameaças, desqualificações ou escárnio contra um membro da comunidade, que ocorre em ocasiões específicas, pessoalmente e diretamente, ou indiretamente (através de arranhões no banheiro ou nas paredes) ou virtualmente (através das redes sociais). Quando essa agressão é repetida ao longo do tempo, dá origem a um tipo específico de relacionamento que foi definido como assédio ou bullying (HAYDEN, 2017).

Violência social: consiste na manipulação da relação ou na participação da vítima na vida cotidiana. Ocorre por meio de boatos maliciosos, revelando segredos ou aspectos da vida íntima das pessoas, isolando um membro do grupo, falando mal de outras pessoas. Como no caso anterior, isso pode ocorrer pontualmente ou se tornar um evento recorrente. Quando o último acontece, pode se transformar em uma situação de bullying (SCHILLING, 2015).

Violência contra a infraestrutura ou espaços escolares: são atos em que se produz dano deliberado ao edifício, mobiliário, materiais, recursos ou outros elementos que fazem parte do espaço escolar. Os danos podem variar de superficiais (como arranhões) até a destruição parcial ou completa (SCHILLING, 2015).

Bullying: Uma das formas de violência que mais causa impacto atualmente é o assédio, também conhecido como bullying. Tem sido definido no ordenamento jurídico como qualquer ação ou omissão que constitua agressão e assédio reiterado, praticado dentro ou fora do estabelecimento de ensino por alunos que, individual ou coletivamente, atentem contra outro aluno, valendo-se de situação de superioridade ou indefesa do estudante afetado, que cause neste último, maus tratos, humilhação ou fundado temor de ser exposto a mal grave, seja por meios tecnológicos ou por qualquer

outro meio.

De acordo com Moraes (2015), as principais características do bullying mostram que é um ato repetido ao longo do tempo, que existe assimetria na relação dos envolvidos. Portanto é uma relação de abuso (posição de superioridade do agressor), que pode ocorrer individualmente ou em grupo, que a experiência de vitimização cresce ao longo do tempo e que geralmente existem testemunhas da situação que permanecem em silêncio diante do bullying. É uma forma de convivência que causa danos profundos à vítima, ao agressor, às testemunhas e à restante comunidade que vivencia as consequências desse ato de violência.

Cyberbullying: consiste numa forma de violência semelhante ao bullying escolar, mas que utiliza meios tecnológicos como as redes sociais, a Internet ou outros espaços virtuais, pelo que a sua divulgação e impacto em todos os envolvidos e na convivência em geral da comunidade é muito maior. Muitas vezes, os ataques pela Internet são anônimos, o que contribui para aumentar a ansiedade e o sentimento de paranoia da vítima. Já que o agressor pode ser qualquer um. O cyberbullying inclui comportamentos de violência psicológica e social, agressão, ameaças, insultos, roubo de identidade, disseminação de material denegridor da vítima ou exclusão online (DEBARBIEUX; BLAYA, 2012).

A violência escolar existe, não há dúvida, existe violência na escola e também existe violência escolar, suas faces, suas causas, suas consequências, são todas diferentes. Por exemplo, existe violência física, episódios mais ou menos intensos dela, há também violência gestual, de atitudes, de palavras, de formas de tratar o outro.

A violência verbal é muito comum nos intervalos das aulas, pois é o espaço onde a maioria dos alunos se reúne nas áreas comuns durante o recreio, nesses locais e horários podem ser vistos atos de violência, como maus tratos, conversas ruins, respostas ruins, com vocabulário totalmente inadequado para o ambiente escolar. Geralmente se ouvem tons de voz altos, e ofensas, zombarias, assédios, que passam por um fio muito tênue, pois esses atos podem ser entendidos como típicos e comuns da idade escolar, das relações interpessoais que se contraem no ambiente escolar, mas também podem ser entendidas como manifestações de pura violência no ambiente escolar (YUNES, 2011).

Os comportamentos violentos, com suas variantes de intimidação, assédio e agressão, se manifestam-se e se originam em conflitos nas relações e vínculos intersubjetivos; se alimentam de sentimentos e afetos, de representações e significados imaginários cujo conteúdo é extraído, principalmente, do mundo interno, subjetivo dos sujeitos envolvidos nos conflitos das relações e vínculos (YUNES, 2011, p. 143).

Existe então, derivado de conceitos como esses, uma diferenciação da violência, que poderíamos tratar aqui como violência física e violência simbólica. De acordo com Abramovay (2006), geralmente, a violência física é expressa entre professores e alunos e entre os próprios alunos. A violência simbólica é mais constante e frequente do que a física e se manifesta quase que exclusivamente entre os alunos, manifestada por meio de comportamento hostil, assédio, agressividade, ameaças, etc.

Assim, a violência pode buscar produzir medo e ameaça, como a agressão, ou gerar culpa, como a hostilidade. A hostilidade costuma se manifestar entre sujeitos ligados por laços importantes (colegas, aluno-professor), situando o outro no lugar do adversário sobre o qual se projeta a agressividade não aceita como própria e tenta fazê-lo sentir-se culpado de sua própria conduta; geralmente funcionam como mecanismos de defesa. Comportamentos hostis também são bullying; tentam fazer com que o outro se autoexclua de determinadas atividades e que tal conduta se apresente como voluntária (DEBARBIEUX; BLAYA, 2012).

Também é importante diferenciar entre violência escolar ou violência institucional e violência na escola, ou seja, quando a violência “escolhe” a escola como cenário. Nesse caso, embora não seja por esta, questiona seriamente o imaginário social e a ideologia escolar tradicional da escola como lugar de encontro e harmonia (ABRAMOVAY, 2006).

Se estuda que entre as causas que provocam e determinam a violência escolar, encontramos, por exemplo, a falta de um projeto institucional e a impossibilidade de se chegar a acordos institucionais mínimos e as conseqüentes ações individuais segundo critérios que, como não poderia deixar de ser de outro modo, são diferentes; geram um clima institucional e climas de grupo (tanto entre os professores como na sala de aula), que dificultam os processos de ensino e aprendizagem e, em

particular, os processos de socialização e a própria construção de laços sociais; e, com ela, as constantes contradições entre os modelos oferecidos por diretores e professores, e entre as ações por eles realizadas, que, inevitavelmente, promovem e favorecem cenas de violência (ABRAMOVAY, 2006).

Não há espaço para negar a relação entre as políticas econômicas, sociais e educacionais, os padrões culturais dominantes, os processos institucionais e os processos de socialização manifestados nas escolas. Porém, em várias escolas o peso na produção da violência tem muito a ver com a dimensão dentro de cada instituição, o que não descarta a complementaridade dessas dimensões para analisar as condições e a lógica de produção da violência na escola. Os processos estruturais têm impacto na escola e nos seus atores, nomeadamente os alunos, e cumprem uma função estruturante e condicionante de outros processos; fundamentalmente, dos processos psíquicos a partir dos quais podem ser compreendidas as relações vinculares que delimitam as unidades de análise dos atos violentos (ABRAMOVAY, 2006).

MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA ESCOLAR E ESTRATÉGIAS DE SUCESSO

Deve-se levar em conta também que, consideramos que a violência se origina e se manifesta em conflitos nas relações e vínculos (intersubjetivos); se alimenta de sentimentos, representações e significados imaginários cujo conteúdo é extraído, principalmente, do mundo interno dos sujeitos envolvidos em conflitos interpessoais. Promover projetos ou programas de construção da convivência ou de prevenção da violência no ambiente escolar implica compreender os diferentes componentes da trama de produção dos referidos eventos e a lógica de construção das cenas violentas, o que implica, por sua vez, analisar os referidos eventos a partir do paradigma da complexidade.

A análise da complexidade dos fenômenos e processos sociais e institucionais constitui, sem dúvida, o ponto de partida para estabelecer políticas preventivas contra a violência escolar, por isso, em primeiro lugar, merece uma mudança substancial nas mentes dos atores desse fenômeno, e a capacidade de mensurar a violência escolar na sua devida medida. Por isso, ações como a troca de pon-

tos de vista, reflexão e consenso, entre gestores, pais e entre estes e os estudantes, a implantação de projetos escolares e institucionais de enfrentamento para combater a violência (SCHILLING, 2015).

De fato, o fenômeno da violência é verdadeiramente complexo e multidimensional e vai do social ao individual, tem uma multiplicidade de causas e uma diversidade de efeitos, é um fenômeno tão antigo como a humanidade. No entanto, para Lucinda e Nascimento (2016), as suas diferentes faces têm sido reveladas e identificadas mais recentemente, no plano escolar devemos apontar de violência na escola quando esta “escolhe” o espaço escolar como cenário, mas as causas fundamentais estão fora dela; no entanto, questiona o imaginário social e a ideologia da escola tradicional como lugar de encontro e harmonia.

Existem climas e culturas institucionais nas escolas que contêm elementos ou traços violentos, como é o caso de algumas rotinas escolares, em sistemas de avaliação que estão acima da população escolar e da comunidade em que a escola está inserida; lugares onde o tratamento interpessoal e as relações são agressivas; escolas onde a lei e os regulamentos são aplicados de forma rígida ou arbitrária; fenômenos de dominação, manipulação, roubo de informações, fofocas, boatos: instituições onde o barulho, o ritmo, a desorganização e a improvisação geram climas estressantes (COLUMBIER, 2009).

A violência escolar é reflexo da decomposição da sociedade, no quadro de um Estado de direito débil, de uma estrutura socioeconômica incapaz de satisfazer as necessidades básicas da população e de uma ruptura do tecido social que desencadeia a luta por espaços alternativos de sobrevivência e reorganização sociopolítica (COLUMBIER, 2009, p. 10).

A sala de aula ou a escola, ou a instituição, ou mesmo o sistema educacional, são lugares considerados como espaços em que as identidades de cada indivíduo são esculpidas, obviamente, desde a infância, mas é uma extensão ou reflexo do que nasce na família e na sociedade e também é um reflexo da característica e da cultura de seu país (SCHILLING, 2015).

Disto se conclui que o tipo de relações que se dão entre os alunos de uma escola se produz

pelo que cada um vê e sente na vida de cada um deles, na rua e em casa, mas também se baseiam no plano subjetivo, procurando de que maneira se veem e se concebem internamente a partir de sua psique.

Lucinda e Nascimento (2016) advertem que quando a violência passa a fazer parte do ambiente, a possibilidade de reconhecê-la diminui e, portanto, ela é introjetada por quem a vivencia como algo natural; para percebê-la, é preciso que aumente, só é reconhecida em sua nova expressão porque o resto já faz parte do que é dado e, pelo que é dado, ninguém se surpreende.

Não é de surpreender que todos os dias os noticiários relatem casos de violência em diferentes partes do país; não é de surpreender que, de acordo com a Lucinda e Nascimento (2016), o Brasil ocupe as primeiras posições (entre seus países membros) com a maior taxa de bullying entre estudantes do Ensino Médio; nem é de surpreender que, com 90,1 mortes por 100.000 adolescentes de 15 a 19 anos, seja o país latino-americano com a quarta maior taxa de mortalidade infantil e adolescente.

Existem fatores que estão enraizados nos sistemas tradicionais de ensino, na opinião de Columbier (2009, p. 23-24), como:

- 1) A tendência a minimizar a gravidade das agressões entre pares, considerando-as inevitáveis – principalmente entre os adolescentes –, ou como problemas que devem aprender a resolver sozinhos, sem a intervenção de um adulto, para fazerem-se mais fortes.
- 2) O tratamento tradicionalmente dado à diversidade, agindo como se ela não existisse. Com base nisso, pode-se explicar que o fato de ser minoria, de ser percebido como diferente, de ter um problema ou de se destacar por uma qualidade invejada aumenta a probabilidade de ser escolhida como vítima de bullying (com apelidos ou isolamento, entre outros).
- 3) Insuficiência da resposta que a escola tradicional costuma dar quando se gera violência entre os estudantes, que deixa as vítimas sem a ajuda de que precisariam para sair da situação, e que costuma ser interpretada pelos agressores como um apoio implícito.

Existem também fatores individuais, típicos do caráter que se forma em cada pessoa desde a infância, mas, além disso, existem outros fatores externos ao indivíduo e típicos do país, sociedade ou ambiente onde cada indivíduo cresce, como alguns distúrbios características psicológicas ou com-

portamentais, demográficas (idade, educação, renda) (MARCHETTO, 2009).

Marchetto (2009) afirma que entre as características mais frequentes observadas nos alunos que praticam bullying contra seus colegas estão: uma situação social negativa, embora tenham amigos que os acompanham em seu comportamento violento; uma acentuada tendência a abusar de sua força (tendem a ser fisicamente mais fortes do que os outros); são impulsivos, com poucas habilidades sociais, baixa tolerância à frustração e dificuldade em seguir regras; estabelecem relações negativas com os adultos e têm baixo rendimento, problemas que aumentam com a idade.

É notório através deste próprio texto afirmar que a violência escolar é um fenômeno que se configura no interior das instituições de ensino e que vem despertando interesse na comunidade internacional, acadêmica e autoridades nacionais, departamentais, locais e institucionais, pela sua transcendência, consequências no desenvolvimento integral dos alunos e no impacto que determinados tipos de comportamentos podem ter, no futuro, na sociedade.

E de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é: o uso intencional da força física, ameaças contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em trauma, danos psicológicos, problemas de desenvolvimento ou morte (DEBARBIEUX; BLAYA, 2012).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo do século XVIII, dizia que as pessoas são boas por natureza, mas agem mal, forçadas pela sociedade que as corrompe. Thomas Hobbes (1588-1679) afirmou que os seres humanos são perversos e cruéis desde o nascimento. As crianças são violentas ou aprendem com as ações violentas dos adultos? (SCHILLING, 2015).

A este respeito, Hayden (2017, p. 25) estabelece que:

Os padrões agressivos são produzidos desde e na infância por imitação. Essa hipótese foi demonstrada por meio do “Experimento do Boneco Bobo”: Os participantes desse experimento eram crianças expostas a situações agressivas e não agressivas. No cenário do modelo agressivo, o adulto começaria brincando agressivamente com os brinquedos. Portanto, as crianças expostas ao modelo agressivo eram mais propensas a agir com agressão física do que aquelas que não foram expostas a esse modelo.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o problema global é determinado por quatro formas de violência na escola: a punição física e psicológica, o bullying, a violência sexual e por motivos de gênero e violência externa (HAYDEN, 2017).

Segundo Hayden (2017, p. 34), a violência escolar na América-latina ocorre em dois cenários específicos:

A praticada por professores e diretores, que estabelecem regras que violam os direitos humanos dos alunos e tem como principais manifestações os castigos corporais; o abuso emocional; na discriminação étnica e racial e; finalmente, na violência sexual;
A violência entre pares, que também possui diversas formas de manifestação, sendo a mais relevante o bullying, que se caracteriza por maus-tratos, assédio e violência física.

Este autor afirma ainda que, “em qualquer um dos cenários, a violência escolar requer estratégias de prevenção que possam mitigar esses comportamentos dentro das instituições de ensino, para que se criem as condições sociais que contribuam para a formação dos alunos” (HAYDEN, 2017, p. 12).

Além disso, é preciso considerar que alguns mecanismos da violência escolar não são visíveis na escola, porque são tão sutis e têm um nível de carga psicológica que provocam elevados níveis de pressão nas vítimas que acabam por vir à tona quando a situação violenta já perdeu todo o controle (HAYDEN, 2017).

Por isso, é igualmente notório e fundamental poder desenhar uma estratégia para reduzir, senão eliminar, a violência escolar. Essas estratégias devem incluir gestores, professores, alunos, instituição de ensino e famílias.

Sendo a violência escolar uma subcategoria dentro da violência em termos gerais, sendo, por sua vez, considerada parte de um fenômeno essencialmente negativo, há também a necessidade de preveni-la e, se possível, erradicá-la.

A violência escolar se manifesta em diferentes aspectos, o primeiro está no campo da saúde pública e traz as definições de promoção, prevenção primária, secundária e terciária. A promoção da saúde envolve a população como um todo e no contexto da sua vida cotidiana, em vez de visar grupos populacionais em risco de doenças específicas. Além disso, concentra sua ação nas causas ou determinantes da saúde para garantir que o ambiente físico, que está fora do controle dos indivíduos, seja favorável (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

Através da prevenção primária, pretende-se promover um ambiente social e individual de respeito e tolerância, valores sociais e condutas pessoais que favoreçam a resolução de conflitos de forma não violenta, ou seja, visam prevenir a ocorrência do ato violento. Fazem parte desse nível de prevenção macroestratégias voltadas para a redução da pobreza, busca da equidade social, melhoria da educação e resgate da ética e do controle social (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

A prevenção secundária visa interromper ou retardar precocemente o avanço da violência – ou suas sequelas – em qualquer ponto de seu aparecimento. Para isso, são importantes medidas de identificação precoce em indivíduos e populações para realizar uma intervenção rápida e eficaz no início das manifestações (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

A prevenção secundária é aplicada quando um evento violento já ocorreu, e sua intenção é prevenir novos episódios ou reduzir sua gravidade. Exemplo deste tipo de prevenção secundária são os programas em que são identificadas as pessoas que recorrem às instituições de saúde por terem sofrido uma lesão violenta, sendo estas ligadas ativamente a programas de intervenção em crises, através dos quais procuram soluções para as situações que antecederam ao evento violento (YUNES, 2011).

Considerando que, a prevenção terciária visa reduzir as complicações e consequências dos danos da violência, sendo a reabilitação importante para melhorar a qualidade de vida (YUNES, 2011).

O outro aspecto é o do campo dos direitos, e destaca a proteção integral, que está vinculada à proteção integral dos direitos da criança e do adolescente e inclui:

1) Um sistema de proteção legal que se expressa na defesa e garantia dos direitos dos menores na justiça. A doutrina da proteção integral vai além dos marcos normativos relativos à condição de minoria que visam proteger os menores em situação de pobreza, abandono, mendicância, errância ou delinquência, para a construção de instrumentos jurídicos universais que protejam os direitos das crianças e adolescentes (a categoria de menor desaparece, que torna o sujeito invisível) (COLUMBIER, 2009).

2) Um sistema de proteção social que leve ao cumprimento dos direitos sociais e se estende desde as políticas universais até as políticas direcionadas a crianças e adolescentes que sofreram alguma violação de seus direitos ou que estão excluídos das políticas universais. Neste último caso, trata-se da proteção especial que destaca o imperativo do atendimento positivo e preferencial a crianças e adolescentes em situação especial de vulnerabilidade ou risco (COLUMBIER, 2009).

3) O exercício da cidadania, em que se afirma que ser titular de direitos deve ser sinônimo de poder exercê-los. Nesta perspectiva, promove-se o capital social das comunidades, facilitando a participação cidadã e especialmente das crianças e adolescentes no enfoque comunitário da proteção social. A proteção social deve reconhecer que a retirada de respostas inadequadas não pode ser acompanhada de estigmatização e visibilidade negativa, mas deve ser enquadrada no repensar da percepção dos problemas e na oferta de opções, juntamente com respostas mais satisfatórias às necessidades e capacidades (COLUMBIER, 2009).

Para a prevenção da violência nas escolas, uma série de estratégias foi desenvolvida, cuja proposta surge de importantes estudos como os programas de prevenção, que vinham realizando pesquisas sistemáticas sobre abuso na Noruega desde a década de 1970. No entanto, só depois de três adolescentes deste país se suicidarem devido a problemas de bullying é que o Estado o autoriza a realizar um projeto que lhe permite compreender, conceitualizar e intervir no fenômeno. Logo, foram realizadas pesquisas para descobrir a extensão do bullying neste país em que se utilizou um questionário “intimidador-vítima” (COLUMBIER, 2009). Com base nos resultados obtidos, desenvolveu-se um modelo de intervenção dirigido a quatro níveis: sensibilização e envolvimento coletivo, medidas

de cuidado na escola, medidas de sala de aula e medidas individuais. Apoiados nos resultados investigativos dos estudos anunciados, os especialistas começaram a desenhar estratégias de acordo com cada um dos níveis educacionais, bem como os diferentes cenários dentro do sistema escolar, ou seja, na escola, na sala de aula e aluno por aluno (COLUMBIER, 2009).

Por exemplo, no modelo de intervenção deste projeto, enfatiza-se a necessidade de elaborar um código de conduta ou um regulamento específico da escola contra o abuso entre colegas. Para a discussão e elaboração dos referidos códigos de conduta, recomenda-se a formação de comissões compostas por professores, familiares e alunos; foram desenhadas estratégias curriculares como a educação em valores com o uso de vídeos, obras literárias, etc., e foi contemplado o trabalho direto com alunos em conflito. Este modelo privilegia a criação de canais de comunicação dentro da escola para dar maior protagonismo aos alunos e à comunidade educativa em geral. A elaboração do código ou regulamento de conduta implica tarefas de informação, elaboração, discussão e aprovação que têm de ser realizadas através de reuniões e comissões em cada ano letivo, o que implica a participação ativa de um número significativo de membros da comunidade educativa e apresenta, além disso, um caráter formativo que vai além do papel de mero informante (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

Na América-latina, um dos programas preventivos mais importantes é o “Paz nas Escolas” no Brasil. Este programa responde a várias iniciativas tomadas na década de 1990, dada a ocorrência de múltiplos eventos violentos na Argentina desde o início dessa década.

Ao que o Brasil respondeu com base no aumento e na gravidade das manifestações de violência nas escolas e em seu entorno. A Colômbia, por sua vez, começou a trabalhar na cultura da paz devido à guerra que atravessa o dia a dia daquele país. Na América-latina, embora tenham sido encontrados estudos sobre as características de grande parte dos projetos e programas (LUCINDA; NASCIMENTO, 1999).

Debarbieux e Blaya (2012) sintetizam o estado da arte sobre violência escolar nos Estados Unidos, reconhecendo a existência de projetos voltados para intervenções gerais e projetos voltados para intervenções específicas. Esses autores não se referem a tendências nas avaliações. A avaliação

realizada nesta consultoria permite apontar que esta é uma grande solidez nos projetos nos Estados Unidos, principalmente naqueles que são liderados por pesquisadores acadêmicos, situação que é muito frequente. A tendência é quantitativa e baseada no projeto científico tradicional. Isso levou ao desenvolvimento de um grande número de instrumentos relevantes, particularmente questionários.

Sobre a prevenção da violência nas escolas Debarbieux e Blaya (2012) consideram modelos de caráter geral aqueles que se dirigem principalmente a toda a população escolar, mesmo quando contêm componentes específicos para alunos considerados de alto risco.

Esses modelos são baseados na crença de que a disciplina escolar é mais do que estabelecer e fazer cumprir regras que regulam e projetam consequências para o comportamento inadequado do aluno. Estes programas visam apoiar o desenvolvimento de competências necessidades sociais e emocionais para reduzir a violência e o preconceito, bem como melhorar as formas de relacionamento e desenvolver uma vida saudável.

De acordo com Debarbieux e Blaya (2012, p. 36), a pesquisa identificou cinco componentes considerados básicos para uma implementação eficaz deste tipo de intervenção:

- 1) Avaliação comportamental funcional do ambiente escolar ou avaliação de necessidades que leve ao planejamento da intervenção.
- 2) Formação e apoio a pais, professores e pessoal administrativo.
- 3) Um conjunto claro de regras e consequências para os alunos, bem como formação em resolução alternativa de conflitos.
- 4) Instruções eficazes.
- 5) Monitoramento regular do comportamento e das respostas dos alunos. As intervenções específicas dizem respeito ao segmento da população estudantil em risco de incorrer em problemas disciplinares – estes ocorrem entre 5% e 10% dos alunos; 40% dos problemas de disciplina são causados por 5% dos alunos – e são um suporte adicional fornecido por intervenções universais e planos escolares. Estes são programas, aulas ou escolas específicas para aqueles que correm maior risco de se envolver em comportamento antissocial ou perturbador.

Portanto, como apresentado, essas intervenções incluem componentes de estratégias cognitivo-comportamentais e cognitivo-sociais, abordagens que têm mostrado resultados positivos consis-

tentes para os alunos. As avaliações observam que é necessário que as escolas tenham sistemas de identificação precoce de alunos em risco.

CONCLUSÃO

A violência escolar é um fenômeno que existe no ambiente escolar, que envolve toda a sociedade, não apenas porque a escola e o sistema educacional fazem parte dela, mas também porque as crianças e adolescentes que fazem parte da escola, primeiro fazem parte de suas próprias famílias e de seu meio social.

Da mesma forma, é um fenômeno que não permanece na escola, nem nas instituições que compõem o sistema educativo, pois transcende o futuro da sociedade dentro da personalidade de cada indivíduo e, da mesma forma, os papéis que eles desempenharão nesse futuro.

Apesar de os sistemas educativos e cada instituição educativa terem enfrentado a violência escolar a partir das suas próprias experiências, na maioria das vezes instintivamente, tem sido um problema que abarca os níveis nacional, regional e até mundial, manifestando a violência de diferentes formas, sem que as estratégias preventivas implementadas em determinadas etapas não tenham sido suficientes nem efetivas, para o que um importante setor científico que envolve educadores e psicólogos, bem como sociólogos, a fim de implementar novas estratégias, capazes e eficazes de prevenir e mitigar a violência escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas. Brasília: DAYRELL, Jua-
rez. (Org.). In. Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2006.

COLUMBIER, Claire. A violência na escola. São Paulo: Summus, 2009.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Orgs.) Violência nas Escolas – dez abordagens européias. Brasília: UNESCO, 2012.

LUCINDA, M. C.; NASCIMENTO, M. G. & CANDAU, V. M. Escola e Violência. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAYDEN, Carol. Fatores de risco e expulsão de alunos da escola. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Orgs.). Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2017.

YUNES, M. A. Resiliência e Educação. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCHETTO, Gloria Lourdes Alessi. Educação para a paz: um caminho necessário. São Paulo: Paulinas, 2009.

MORAIS, Régis de. Violência e educação. São Paulo: Papyrus, 2015.

SCHILLING, Flávia. Sociedade da insegurança e violência na escola. São Paulo: Editora Moderna, 2015.